

Ministério da Fazenda Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10783.010291/96-62

Recurso nº : 124.637 Acórdão nº : 201-78.324

Recorrente : GUIMARÃES CAFÉ LTDA.

Recorrida : DRJ em Salvador - BA

MINISTÉRIO DA FAZENDA Segundo Conselho de Contribulntes Publicado no Diário Oficial da União De 10 04 06 VISTO

2º CC-MF Fl.

PIS/FATURAMENTO. BASE DE CÁLCULO.

A base de cálculo do PIS corresponde ao faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, até a edição da MP nº 1.212/95 (Primeira Seção do STJ - REsp nº 144.708-RS e CSRF). Aplica-se este entendimento, com base na LC nº 7/70, até os fatos geradores ocorridos até 29 de fevereiro de 1996, consoante dispõe o parágrafo único do art. 1º da IN SRF nº 06, de 19/01/2000.

DECADÊNCIA.

Por ter natureza tributária, aplicam-se ao PIS as regras do CTN relativas à decadência (artigos 150, § 4º, e 173).

ENCARGOS DA TRD.

Não se aplicam os encargos da TRD no periodo compreendido entre 04 de fevereiro e 29 de julho de 1991. Precedentes

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por GUIMARÃES CAFÉ LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Vencidos os Conselheiros Walber José da Silva e Maurício Taveira e Silva, quanto à decadência.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 2005.

Josefa Maria Coelho Marques.

Presidente

Rogério Gustavo Dreyer

Relator

MIN DA FAZENIA - 2." CC

CONFERE COM O ORIGINAL

BRASILIA 36/08/2005

VISTO

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antonio Mario de Abreu Pinto, Sérgio Gomes Velloso, José Antonio Francisco e Gustavo Vieira de Melo Monteiro.

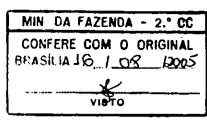


Ministério da Fazenda Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10783.010291/96-62

Recurso nº : 124.637 Acórdão nº : 201-78.324

Recorrente : GUIMARÃES CAFÉ LTDA.



2º CC-MF FL

RELATÓRIO

A contribuinte em epígrafe foi autuada pela insuficiência de recolhimento do PIS/Faturamento relativo a diversos períodos de apuração ocorridos entre dezembro de 1990 e outubro de 1995, acrescidos dos consectários legais, entre os quais os encargos da TRD. A autuação fundou-se em cálculos equivocados por conta da aplicação inadequada da semestralidade.

Em sua impugnação, a contribuinte alega a ocorrência do fenômeno da d ecadência, com base no artigo 150, § 4º, do CTN. No mérito, alega ter se valido do Poder Judiciário para compensar-se de valores recolhidos a maior por conta da inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, tendo obtido liminar autorizando a compensação e vedando a autoridade fazendária de proceder atos sancionatórios relativamente às compensações efetuadas.

Contesta os juros e a multa aplicados.

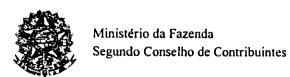
A decisão ora recorrida decidiu pela procedência em parte da impugnação para afastar a multa imposta, descabida em razão de medida suspensiva da exigibilidade do tributo lançado, mantendo, no mais, o lançamento, inclusive pela existência de opção pela via judicial.

Sem adições de nomeada, a contribuinte reitera os termos expendidos na impugnação, com destaque à questão da aplicação da TRD no período compreendido entre fevereiro e julho de 1991.

Os autos ascenderam amparados por arrolamento de bens.

É o relatório.

2



Processo nº

: 10783.010291/96-62

Recurso n^{Q} : 124.637 Acórdão n^{Q} : 201-78.324

MIN	ÛΔ	FAZE	NDA	-	2.°	CC
CONI BRAS		76 1				
		viš	το			

2º CC-MF Fl.

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ROGÉRIO GUSTAVO DREYER

Inicio minha manifestação quanto ao aspecto da decadência, como matéria preliminar ao mérito. Minha posição tem sido sistemática no sentido de que ao PIS aplicam-se as regras do CTN atinentes à espécie, mercê da natureza tributária de tal contribuição. Tal posicionamento sempre no sentido da aplicação dos termos do § 4º do artigo 150 do referido diploma legal, ainda que não tenha havido pagamento. No presente caso, cristalina a ocorrência de insuficiência de pagamento, o que torna a discussão estéril.

Assim sendo, considerando-se que a contribuinte tomou ciência do lançamento em 11 de julho de 1996, os valores relativos aos períodos de apuração até o mês de junho de 1991 estão alcançados pela decadência.

Igualmente, a decisão recorrida não se manifestou sobre a impossibilidade da aplicação dos encargos da TRD. Como se trata de matéria de direito, e amparado em ato normativo (IN SRF nº 32, de 09 de abril de 1997), deve ser tal exação extraída do lançamento.

Quanto ao mérito, não posso concordar com o singelo entendimento de que não há como apreciar o mérito em face da concomitância com ação judicial. Das peças trazidas ao processo, o fundamento é de que deve ser aplicados os termos da LC nº 7/70, com destaque à alíquota aplicável (0,75%). Percebe-se, por tal, e a meu ver, duas hipóteses. A primeira, considerar os efeitos da sentença alçados inclusive à questão da semestralidade, por reconhecer aplicável a LC nº 7/70 para determinar as compensações. Neste diapasão, a contribuinte obedeceu a sentença, convalidando-se o seu procedimento quanto à semestralidade, cabendo somente ao Erário verificar a liquidez e certeza dos créditos compensáveis.

<u>Uma segunda</u> hipótese, no meu entender, mais correta, reconhecer a omissão justificada da sentença quanto à aplicação da semestralidade, porque a mesma não foi literalmente requerida, para declarar o direito no presente julgamento.

Neste caso, sequer há concomitância entre as questões postas num e noutro processo, cabendo a este Colegiado apreciar a matéria.

O que se deduz do conteúdo dos presentes autos é que a contribuinte tinha assegurado o direito de compensar o PIS recolhido a maior em decorrência da inconstitucionalidade decretada dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 e com a determinação de ser aplicada a LC nº 7/70, no mínimo no que concerne à alíquota.

Em qualquer das hipóteses acima postas, de se reconhecer o direito remansoso da semestralidade, como sempre quis a contribuinte e procedeu, após a interposição de ação judicial.

A questão da retroatividade da base de cálculo ao sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador é devidamente ultrapassada, com base em jurisprudência assentada nos tribunais superiores e na esfera administrativa.







Ministério da Fazenda Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº

10783.010291/96-62

Recurso nº Acórdão nº

: 124.637 : 201-78.324

MIN DA FAZENDA - 2.º CC
CONFERE COM O ORIGINAL BRASÍLIA JGI_D817005
visto

2º CC-MF

Entendo desnecessário expender maiores considerações sobre o assunto, pelo que dou provimento ao recurso para excluir do lançamento a parte decaída, excluir os encargos da TRD embutidos nos períodos não decaídos e para que sejam refeitos os cálculos considerando como base de cálculo do PIS, para os períodos ocorridos até, inclusive, fevereiro de 1996, o faturamento do sexto mês anterior à ocorrência do fato gerador, sem correção monetária no período que medeia os dois eventos. Fica resguardada à SRF a averiguação da liquidez e certeza dos créditos e débitos compensáveis postulados pela contribuinte, devendo fiscalizar o encontro de contas e providenciar, se necessário, a cobrança de eventual saldo devedor.

É como voto.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 2005.

ROGÉRIO GUSTAVO DREYER